

A Sociedade no Controle

O controle social sobre o governo é o olhar atento e a ação direta dos cidadãos na vida política do país. Isso inclui o monitoramento do trabalho dos Três Poderes e de seus representantes por meio da imprensa, redes sociais, canais oficiais, pesquisas acadêmicas, mobilizações sociais e também pela participação em espaços institucionais, como conselhos e audiências públicas. Veja algumas formas de participar e cobrar mais transparência, ética e responsabilidade.

Fiscalização e Denúncia

Qualquer cidadão, de estudantes a aposentados, pode e deve acompanhar o uso de recursos públicos e a conduta de políticos. Irregularidades devem ser denunciadas aos órgãos de controle (como o Ministério Público e os Tribunais de Contas), à imprensa ou diretamente à Justiça.



Lei de Acesso à Informação (LAI)

A LAI garante a todo cidadão o direito de solicitar e receber informações de órgãos públicos, incluindo dados sobre gastos, contratos e decisões da administração.



Voto

A forma de controle fundamental de nossa Democracia é a escolha consciente de candidatos baseada em suas propostas e histórico, e a rejeição eleitoral daqueles sem idoneidade e competência.



Participação em Conselhos

Criados pelo governo, esses órgãos são formados por representantes da sociedade civil para discutir e deliberar sobre políticas públicas em áreas essenciais, como saúde, educação e moradia, nas esferas municipal, estadual e federal.



Participação em Organizações da Sociedade Civil

Diversas ONGs, movimentos sociais, institutos de pesquisa e outras organizações da sociedade civil monitoram governos, denunciam irregularidades e influenciam políticas públicas.



Audiências Públicas

São espaços abertos para a sociedade debater questões, projetos de lei, decisões e ações do governo antes de sua aprovação.



O MOVIMENTO DE COMBATE À CORRUPÇÃO ELEITORAL (MCCE)

Um exemplo de como a mobilização da sociedade civil pode combinar várias formas de controle social para transformar o cenário político do país.



1996

Denúncia

A insatisfação da sociedade brasileira com a corrupção e a impunidade política ganha voz com o fim da Ditadura Militar (1964-1985), e, em 1996, a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) lança a Campanha da Fraternidade e Política, denunciando a compra de votos como um dos maiores problemas da democracia.



1997-1998

Audiências Públicas

Para aprofundar o debate, a Comissão Brasileira Justiça e Paz (CBJP) e outras entidades realizam entrevistas com eleitores e promovem audiências públicas por todo o Brasil, mostrando que a compra de votos era um crime disseminado em todas as regiões.



1998

Projeto de Lei

As organizações reúnem juristas e decidem combater a compra de votos por meio de um Projeto de Lei de Iniciativa Popular. A coleta de assinaturas se torna uma oportunidade para debater a questão e conquistar o apoio da sociedade.



2002

Entidades civis

A mobilização pela melhoria política continua. Cerca de 70 entidades religiosas e sociais, como a CNBB, a OAB, a CUT e a associação Juizes para a Democracia, formalizam o Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral (MCCE).



2008

Apoio popular

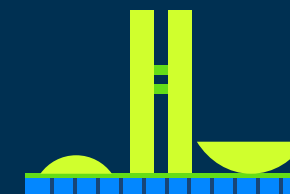
O MCCE lança o Projeto de Lei de Iniciativa Popular da Ficha Limpa. Em pouco mais de um ano, a campanha nacional de debates e coleta de assinaturas, com intensa mobilização nas redes sociais, garante um enorme apoio popular.



2010

Lei é aprovada

O projeto é transformado na Lei Complementar nº 135/2010, tornando inelegíveis por 8 anos os políticos condenados por crimes como corrupção, improbidade administrativa e abuso de poder econômico, entre outros.



O que é uma Lei de Iniciativa Popular?

A Constituição de 1988 reserva ao povo a capacidade de propor novas leis para o país. Um projeto de lei pode ser apresentado diretamente pela sociedade ao Congresso. Para isso, é necessário que ele seja assinado por, no mínimo, 1% do eleitorado nacional, distribuído em pelo menos cinco estados, com no mínimo 0,3% dos eleitores de cada um deles. Uma vez que os requisitos são cumpridos, o projeto é recebido pela Câmara dos Deputados e deve ser obrigatoriamente votado em Plenário, em regime prioritário.



Acesse a
Linha do Tempo
sobre Transparência
e Controle



FUNDAÇÃO
FERNANDO
HENRIQUE
CARDOSO

Atividade educativa: O Controle Social em ação

Após a leitura atenta do infográfico, vamos aprofundar nossa compreensão sobre a participação da sociedade na fiscalização e sua influência sobre o governo, pesquisando o tema e debatendo sobre os mecanismos de controle social.

ETAPA 1: ANÁLISE E DEFINIÇÃO DE CONCEITOS

- Liste e defina, em suas próprias palavras, os mecanismos de controle social apresentados no infográfico.
- Responda: Por que o Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral (MCCE) é considerado um exemplo de controle social? Que mecanismos ele utilizou para alcançar seus objetivos?
- Pesquise e defina os termos **idoneidade** e **improbidade administrativa**
- Pesquise e diferencie os conceitos de Conselho **Deliberativo**, Conselho **Consultivo** e Conselho **Participativo**

ETAPA 2: AMPLIAÇÃO E CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA

- Acesse a Linha do Tempo sobre transparência e controle no site da Fundação FHC:
[Link: https://fundacaofhc.org.br/linhasdotempo/transparencia-controle/](https://fundacaofhc.org.br/linhasdotempo/transparencia-controle/)
- Utilizando o infográfico e a linha do tempo como fontes, crie um painel ou mapa mental que conecte os marcos do controle social no Brasil (como a criação do Ministério Público, LAI e Ficha Limpa) com seus respectivos contextos históricos.

ETAPA 3: APROFUNDAMENTO E ANÁLISE CRÍTICA

- Pesquise a respeito das mudanças recentes na Lei da Ficha Limpa, focando em decisões do Poder Judiciário ou alterações do Poder Legislativo que impactaram a aplicação da lei.
- Elabore um parágrafo com até 10 linhas que responda: As recentes alterações ou interpretações da Lei da Ficha Limpa fortalecem ou enfraquecem o controle social sobre o processo eleitoral? Justifique com base nas suas descobertas.

→
Acesse a
Linha do Tempo
sobre Transparência
e Controle



F U N D A Ç Ã O
F E R N A N D O
H E N R I Q U E
C A R D O S O

ETAPA 4. PESQUISA, PROBLEMATIZAÇÃO E DEBATE

O exercício do controle social é um processo permanente que exige vigilância contínua e o aperfeiçoamento constante de seus mecanismos para enfrentar obstáculos que comprometem a participação popular. Vamos refletir a respeito desses desafios e como superá-los.

Você e seus colegas devem formar grupos. Cada grupo será responsável por pesquisar uma das questões abaixo e apresentá-la aos demais, com exemplos concretos da sua cidade ou região:

- Audiências dão voz à sociedade, mas seus impactos práticos podem variar. Pesquisem audiências públicas recentes na sua cidade (ou estado) e identifiquem seus resultados (ou a falta deles).
- O acesso aos conselhos pode ser desigual, assim como sua influência nas políticas públicas. Pesquisem Conselhos Municipais locais, identifiquem se são consultivos, deliberativos ou participativos, e sua composição (representantes do estado vs. sociedade civil).
- Denúncias ao MP, Tribunal de Contas ou à imprensa nem sempre frutificam. Pesquisem denúncias noticiadas em sua cidade (corrupção, má gestão, etc) nos últimos anos e quais foram seus desfechos (arquivamento, condenação, ou sem conclusão).

Após as apresentações, vocês debaterão:

- Quais são os obstáculos práticos que mais limitam a eficácia desses mecanismos de controle social e a participação social?
- Que soluções poderiam ser adotadas para superar esses obstáculos no contexto local e nacional?



A Sociedade no Controle

O controle social sobre o governo é o olhar atento e a ação direta dos cidadãos na vida política do país. Isso inclui o monitoramento do trabalho dos Três Poderes e de seus representantes por meio da imprensa, redes sociais, canais oficiais, pesquisas acadêmicas, mobilizações sociais e também pela participação em espaços institucionais, como conselhos e audiências públicas. Veja algumas formas de participar e cobrar mais transparência, ética e responsabilidade.

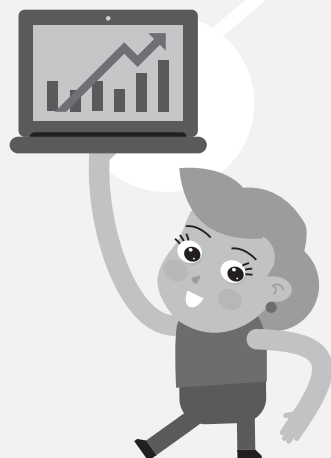
Fiscalização e Denúncia

Qualquer cidadão, de estudantes a aposentados, pode e deve acompanhar o uso de recursos públicos e a conduta de políticos. Irregularidades devem ser denunciadas aos órgãos de controle (como o Ministério Público e os Tribunais de Contas), à imprensa ou diretamente à Justiça.



Lei de Acesso à Informação (LAI)

A LAI garante a todo cidadão o direito de solicitar e receber informações de órgãos públicos, incluindo dados sobre gastos, contratos e decisões da administração.



Voto

A forma de controle fundamental de nossa Democracia é a escolha consciente de candidatos baseada em suas propostas e histórico, e a rejeição eleitoral daqueles sem idoneidade e competência.



Participação em Conselhos

Criados pelo governo, esses órgãos são formados por representantes da sociedade civil para discutir e deliberar sobre políticas públicas em áreas essenciais, como saúde, educação e moradia, nas esferas municipal, estadual e federal.



Participação em Organizações da Sociedade Civil

Diversas ONGs, movimentos sociais, institutos de pesquisa e outras organizações da sociedade civil monitoram governos, denunciam irregularidades e influenciam políticas públicas.



Audiências Públicas

São espaços abertos para a sociedade debater questões, projetos de lei, decisões e ações do governo antes de sua aprovação.



O MOVIMENTO DE COMBATE À CORRUPÇÃO ELEITORAL (MCCE)

Um exemplo de como a mobilização da sociedade civil pode combinar várias formas de controle social para transformar o cenário político do país.


1996

Denúncia

A insatisfação da sociedade brasileira com a corrupção e a impunidade política ganha voz com o fim da Ditadura Militar (1964-1985), e, em 1996, a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) lança a Campanha da Fraternidade e Política, denunciando a compra de votos como um dos maiores problemas da democracia.


1997-1998

Audiências Públicas

Para aprofundar o debate, a Comissão Brasileira Justiça e Paz (CBJP) e outras entidades realizam entrevistas com eleitores e promovem audiências públicas por todo o Brasil, mostrando que a compra de votos era um crime disseminado em todas as regiões.


1998

Projeto de Lei

As organizações reúnem juristas e decidem combater a compra de votos por meio de um Projeto de Lei de Iniciativa Popular. A coleta de assinaturas se torna uma oportunidade para debater a questão e conquistar o apoio da sociedade.


2002

Entidades civis

A mobilização pela melhoria política continua. Cerca de 70 entidades religiosas e sociais, como a CNBB, a OAB, a CUT e a associação Juizes para a Democracia, formalizam o Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral (MCCE).


2008

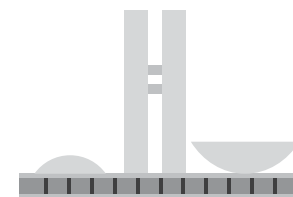
Apoio popular

O MCCE lança o Projeto de Lei de Iniciativa Popular da Ficha Limpa. Em pouco mais de um ano, a campanha nacional de debates e coleta de assinaturas, com intensa mobilização nas redes sociais, garante um enorme apoio popular.


2010

Lei é aprovada

O projeto é transformado na Lei Complementar nº 135/2010, tornando inelegíveis por 8 anos os políticos condenados por crimes como corrupção, improbidade administrativa e abuso de poder econômico, entre outros.



Acesse a
Linha do Tempo
sobre Transparência
e Controle

F U N D A Ç Ã O
F E R N A N D O
H E N R I Q U E
C A R D O S O



O que é uma Lei de Iniciativa Popular?

A Constituição de 1988 reserva ao povo a capacidade de propor novas leis para o país. Um projeto de lei pode ser apresentado diretamente pela sociedade ao Congresso. Para isso, é necessário que ele seja assinado por, no mínimo, 1% do eleitorado nacional, distribuído em pelo menos cinco estados, com no mínimo 0,3% dos eleitores de cada um deles. Uma vez que os requisitos são cumpridos, o projeto é recebido pela Câmara dos Deputados e deve ser obrigatoriamente votado em Plenário, em regime prioritário.

Atividade educativa: O Controle Social em ação

Após a leitura atenta do infográfico, vamos aprofundar nossa compreensão sobre a participação da sociedade na fiscalização e sua influência sobre o governo, pesquisando o tema e debatendo sobre os mecanismos de controle social.

ETAPA 1: ANÁLISE E DEFINIÇÃO DE CONCEITOS

- Liste e defina, em suas próprias palavras, os mecanismos de controle social apresentados no infográfico.
- Responda: Por que o Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral (MCCE) é considerado um exemplo de controle social? Que mecanismos ele utilizou para alcançar seus objetivos?
- Pesquise e defina os termos **idoneidade** e **improbidade administrativa**
- Pesquise e diferencie os conceitos de Conselho **Deliberativo**, Conselho **Consultivo** e Conselho **Participativo**

ETAPA 2: AMPLIAÇÃO E CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA

- Acesse a Linha do Tempo sobre transparência e controle no site da Fundação FHC:
Link: <https://fundacaofhc.org.br/linhasdotempo/transparencia-controle/>
- Utilizando o infográfico e a linha do tempo como fontes, crie um painel ou mapa mental que conecte os marcos do controle social no Brasil (como a criação do Ministério Público, LAI e Ficha Limpa) com seus respectivos contextos históricos.

ETAPA 3: APROFUNDAMENTO E ANÁLISE CRÍTICA

- Pesquise a respeito das mudanças recentes na Lei da Ficha Limpa, focando em decisões do Poder Judiciário ou alterações do Poder Legislativo que impactaram a aplicação da lei.
- Elabore um parágrafo com até 10 linhas que responda: As recentes alterações ou interpretações da Lei da Ficha Limpa fortalecem ou enfraquecem o controle social sobre o processo eleitoral? Justifique com base nas suas descobertas.

→
Acesse a
Linha do Tempo
sobre Transparência
e Controle



F U N D A Ç Ã O
F E R N A N D O
H E N R I Q U E
C A R D O S O

ETAPA 4. PESQUISA, PROBLEMATIZAÇÃO E DEBATE

O exercício do controle social é um processo permanente que exige vigilância contínua e o aperfeiçoamento constante de seus mecanismos para enfrentar obstáculos que comprometem a participação popular. Vamos refletir a respeito desses desafios e como superá-los.

Você e seus colegas devem formar grupos. Cada grupo será responsável por pesquisar uma das questões abaixo e apresentá-la aos demais, com exemplos concretos da sua cidade ou região:

- Audiências dão voz à sociedade, mas seus impactos práticos podem variar. Pesquisem audiências públicas recentes na sua cidade (ou estado) e identifiquem seus resultados (ou a falta deles).
- O acesso aos conselhos pode ser desigual, assim como sua influência nas políticas públicas. Pesquisem Conselhos Municipais locais, identifiquem se são consultivos, deliberativos ou participativos, e sua composição (representantes do estado vs. sociedade civil).
- Denúncias ao MP, Tribunal de Contas ou à imprensa nem sempre frutificam. Pesquisem denúncias noticiadas em sua cidade (corrupção, má gestão, etc) nos últimos anos e quais foram seus desfechos (arquivamento, condenação, ou sem conclusão).

Após as apresentações, vocês debaterão:

- Quais são os obstáculos práticos que mais limitam a eficácia desses mecanismos de controle social e a participação social?
- Que soluções poderiam ser adotadas para superar esses obstáculos no contexto local e nacional?

